

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	16
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	17
6. IMOBILIZADO	18
7. FORNECEDORES.....	19
8. ENCARGOS SETORIAIS	19
9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	19
10. PROVISÕES.....	19
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
12. RECEITA	22
13. CUSTOS GERENCIÁVEIS	23
14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	23
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	25
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	27
18. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	30
TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Companhia” ou “Centroeste”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A CENTROESTE

Linhas de transmissão em operação – características físicas

Linha de transmissão	Circuito	Tensão (kV) (Não auditado)	Extensão (km) (Não auditado)	Capacidade transformação (MVA) (Não auditado)	Início operação comercial	Vencimento da outorga
LT Furnas - Pimenta	simples	345	61,03	1.123	25/03/2010	03/03/2035

Linhas de transmissão em operação – características financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade	RAP Regulatória (jul/23 a jun/24)	RAP Proporcional	Ano de grau da RAP	Mês Reajuste	Índice de Correção
LT Furnas - Pimenta	100%	22.817.267	22.817.267	2025	Junho	IGPM

RAP esperada para o exercício – R\$ em moeda corrente

Linha de Transmissão - RAP esperada - ano civil	2023	2024	2025	2026	2027	2028
LT Furnas - Pimenta	24.448.603	23.252.450	18.007.475	12.535.369	12.955.243	13.338.484

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$28.000 mil, subscrito e integralizado, dividido em 28.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$24.847 mil em 2023, comparado ao resultado de R\$22.254 mil em 2022. O resultado da Companhia é composto, principalmente, pela receita de operação e manutenção da linha de transmissão Furnas – Pimenta.

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta foi de R\$29.625 mil em 2023, em comparação a R\$28.471 mil em 2022. A receita da Companhia é composta, principalmente, pela receita de construção da linha de transmissão Valadares - Verona e da receita de operação e manutenção da linha de transmissão Furnas – Pimenta.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023 o LAJIDA foi de R\$24.928 mil (R\$23.078 mil em 2022) e a margem do LAJIDA foi de 90,21% no mesmo período (87,15% em 2022), conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022	Var. %
Resultado regulatório	24.847	22.254	11,65
Despesa com IR e CS	1.142	1.616	(29,33)
Depreciação e amortização	1.421	1.421	-
Resultado financeiro	(2.482)	(2.213)	12,16
LAJIDA	24.928	23.078	(5,52)

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado societário do exercício de 2023, no montante de R\$9.709 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$2.182 mil, referentes à Reversão da Reserva de lucos a realizar, seja dada a seguinte destinação:

- R\$5.946 mil para pagamentos de dividendos obrigatórios, e;
- R\$5.945 mil para pagamentos de dividendos adicionais.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Centroeste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$5.946 mil para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir e R\$5.945 mil para constituição de reserva para investimento, na conta de Reserva de Retenção de Lucros. Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2022 da Centroeste será realizada conforme a seguir:

Companhia	Lucro Líquido 2023	Reversão Reserva de Lucros a Realizar	Distribuição do Resultado	
			Reserva Especial ref. ao Div. Mín. Obrigatórios	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
Centroeste	9.709	2.182	5.946	5.945

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.**

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado datado de 09 de maio de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.771	2.147
Investimentos temporários	4	6.268	12.397
Concessionárias e permissionárias	5	3.096	2.759
Tributos compensáveis		113	113
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		88	294
Outros ativos		665	384
TOTAL DO CIRCULANTE		15.001	18.094
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	-	47
Depósitos judiciais		389	389
Tributos diferidos		256	156
Imobilizado	6	42.529	31.063
Intangível		1.147	1.147
Direito de uso		131	83
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		44.452	32.885
ATIVO TOTAL		59.453	50.979

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	1.984	1.174
Impostos, taxas e contribuições	9	325	529
Encargos setoriais	8	304	473
Dividendos a pagar	11	5.946	-
Convênio de compartilhamento	16	135	135
Passivo de arrendamento		12	11
TOTAL DO CIRCULANTE		8.706	2.322
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	7	22	20
Encargos setoriais	8	-	111
Impostos, taxas e contribuições		40	32
Imposto de renda e contribuição social	15	102	170
Passivo de arrendamento		131	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		295	412
TOTAL DO PASSIVO		9.001	2.734
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		28.000	28.000
Reservas de lucros		22.452	20.245
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		50.452	48.245
PASSIVO TOTAL		59.453	50.979

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
RECEITA			
Receita de transmissão de energia elétrica	12	29.625	28.471
TRIBUTOS	12	(1.083)	(1.039)
PIS/Pasep		(194)	(185)
Cofins		(889)	(854)
ENCARGOS – PARCELA “A”	13	(910)	(951)
Reserva Global de Reversão – RGR		(525)	(579)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(109)	(106)
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(110)	(107)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT		(111)	(106)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(55)	(53)
RECEITA LÍQUIDA		27.632	26.481
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		27.632	26.481
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	13	(4.125)	(4.824)
Serviços de terceiros		(1.865)	(1.862)
Materiais		(77)	(759)
Compartilhamento de infraestrutura		(328)	(310)
Depreciação		(1.421)	(1.421)
Amortização direito de uso		(4)	(3)
Outros custos operacionais		(430)	(469)
RESULTADO DA ATIVIDADE		23.507	21.657
Resultado financeiro	14	2.482	2.213
Receitas financeiras		2.637	2.243
Despesas financeiras		(155)	(30)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		25.989	23.870
Despesa com tributos sobre o lucro	14	(1.142)	(1.616)
RESULTADO LÍQUIDO		24.847	22.254

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	24.847	22.254
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	24.847	22.254

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	28.000	3.780	-	-	31.780
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(5.788)	-	(5.788)
Resultado do exercício	-	-	-	22.254	22.254
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva especial	-	-	13.244	(13.244)	-
Reserva para investimentos	-	-	8.764	(8.764)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-
Absorção/Constituição de prejuízos regulatórios	-	-	30.123	(30.123)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	28.000	3.780	46.343	(29.877)	48.246
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(16.695)	-	(16.695)
Resultado do exercício	-	-	-	24.847	24.847
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(5.946)	(5.946)
Dividendos adicionais propostos	-	-	5.945	(5.945)	-
Absorção/Constituição de prejuízos regulatórios	-	-	(16.921)	16.921	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	28.000	3.780	18.672	-	50.452

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	24.847	22.254
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	1.142	1.616
Depreciação e amortização (Nota 12)	1.421	1.421
Amortização direito de uso	4	3
Juros passivo de arrendamento	11	11
Juros e variações monetárias	(2.506)	(2.068)
	24.919	23.237
(Aumento) Redução de ativos		
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(337)	(333)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(273)	-
Tributos compensáveis	(15)	(213)
Outros ativos	(328)	147
	(953)	(399)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	812	1.079
Impostos, taxas e contribuições (Nota 8)	(196)	176
Imposto de renda e contribuição social	-	(520)
Encargos regulatórios (Nota 7)	(280)	50
Convênio de compartilhamento (Nota 15)	-	(35)
Outras obrigações	51	-
	387	750
Caixa gerado pelas atividades operacionais	24.353	23.588
Juros resgatados	2.367	1.694
Imposto de renda e contribuição social pagos	(817)	(1.015)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.903	24.627
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Investimentos temporários	(19.471)	(23.396)
Resgate de Investimentos temporários	25.785	22.234
Em Imobilizado	(12.887)	(1.080)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.573)	(2.242)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 10f)	(16.695)	(20.356)
Arrendamentos pagos	(11)	(11)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(16.706)	(20.367)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.624	1.658
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.147	489
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.771	2.147
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.624	1.658

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Companhia” ou “Centroeste”) é uma sociedade anônima de capital fechado e autorizado, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia foi constituída com o objetivo de: construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal em 04 de março de 2005, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Companhia iniciou as suas atividades operacionais em abril de 2010.

Em 18 de março de 2010, a Companhia obteve do Governo do Estado de Minas Gerais – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Licença de Operação – LO n°02/2010, válida até 17 de março de 2014, para atividade da linha de transmissão de energia elétrica em 345 KV Furnas – Pimenta II. Em 16 de dezembro de 2013 foram entregues à SEMAD a documentação necessária ao processo de renovação da LO. Com a promulgação da Deliberação Normativa COPAM N°217, de 2017, a atividade deste empreendimento passou a não precisar de renovação de LO e, por este motivo, seu processo de renovação junto à SEMAD foi arquivado. Em 2022, o empreendimento cumpriu todas as condicionantes ambientais impostas pela LO n°02/2010. Em março de 2023, foi protocolado relatório com a informação do cumprimento das condicionantes ambientais e dessa forma, solicitando o de encerramento dessas condicionantes.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig Geração e Transmissão na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, ambiental, elaboração do projeto executivo e validação do projeto básico pelo ONS. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura, de engenharia e de operação e manutenção regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Receita Anual Permitida

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.216/2023, a ANEEL estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 30.148, para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024 (R\$ 31.558 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor,

conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 29 de maio de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou e autorizou a emissão das Demonstrações Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Concessionárias e permissionárias (contas a receber não faturado);
- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos); e
- Nota 14 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Políticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas do societário e estão apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, conforme a nota 2.9, exceto quanto ao que estabelece a norma a seguir:

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Ativo intangível no segmento de transmissão

Os ativos intangíveis, são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição e compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo Valor Novo de Reposição - VNR, menos as despesas de amortização. A amortização, quando aplicável, é calculada pelo método linear.

2.6 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e

resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Contas bancárias	64	58
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.851	-
Overnight	2.856	2.089
Total	4.771	2.147

As **operações de aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia entre 11,42% a.a a 11,65% a.a em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,62% a.a a 13,64% a.a. em 2022), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDBs)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variou 80% em 31 de dezembro de 2023, conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2023	2022
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	598	1.361
Letras Financeiras Bancos - LFs	3.864	8.107
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.742	2.858
Debêntures	64	71
	6.268	12.397
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	-
Debêntures	-	47
	-	47
	6.268	12.444

Os **Certificados de Depósito Bancário – CDB** pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% e 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFT que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 11,83% a.a. e 11,85% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,65% a.a. e 13,88% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 16 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores correntes						PDD	Total 2023	Total 2022
	Corrente a vencer		Corrente vencida						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Transmissão de energia									
Concessionárias e permissionárias	2.380	-	715	-	-	-	-	3.096	2.759
TOTAL	2.380	-	715	-	-	-	-	3.096	2.759

6. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Transmissão		47.812	(19.449)	28.363	47.812	(18.028)	29.784
Custo histórico	2,97	47.812	(19.449)	28.363	47.812	(18.028)	29.784
Em curso							
Geração		14.166	-	14.166	1.279	-	1.279
TOTAL AIS + AIC		61.978	(19.449)	42.529	49.091	(18.028)	31.063

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Valor bruto em 31/12/2023	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão					
Máquinas e equipamentos	47.812	47.812	(19.449)	28.363	29.784
Subtotal	47.812	47.812	(19.449)	28.363	29.784

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2022	Adição	Valor bruto em 31/12/2023	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão						
Máquinas e equipamentos	1.279	12.887	14.166	-	14.166	1.279
Subtotal	1.279	12.887	14.166	-	14.166	1.279
Total do ativo Imobilizado	49.091	12.887	61.978	(19.449)	42.529	31.063

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2021	Adição (A)	Baixa (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas = (A) + (B)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	47.812	-	-	47.812	-	(18.028)	29.784	31.205
Subtotal	47.812	-	-	47.812	-	(18.028)	29.784	31.205

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2021	Adição (A)	Baixa (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas = (A) + (B)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	199	1.080	-	1.279	-	-	1.279	199
Subtotal	199	1.080	-	1.279	-	-	1.279	199
Total do ativo Imobilizado	48.011	1.080	-	49.091	-	(18.028)	31.063	31.404

7. FORNECEDORES

	2023	2022
Circulante		
Suprimento e transporte de energia elétrica	41	24
Materiais e serviços	1.944	1.149
Não Circulante		
Retenção contratual	21	21
TOTAL	2.006	1.194

8. ENCARGOS SETORIAIS

	2023	2022
Passivo circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	136	373
Taxa de fiscalização da ANEEL	9	9
Pesquisa Expansão Sistema Energético	9	9
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	17	19
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	128	58
CDE sobre P&D	5	5
	304	473

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
Circulante		
Cofins	112	114
PIS/Pasep	24	24
INSS	30	257
Outros	159	134
	325	529
Não circulante		
Cofins	33	26
PIS/Pasep	7	6
	40	32
TOTAL	365	561

10. PROVISÕES

A Companhia estava envolvida, como impetrante, em litígios relacionados a áreas de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia, estimados como perda possível, no montante de R\$4.434 em 31 de dezembro de 2022. Em 2023, essas ações judiciais foram reavaliadas para remotas em decorrência dos andamentos processuais.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R\$28.000, representado por 28.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas

Reserva de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2023	2022
Reserva legal	3.780	3.780
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	(16.695)	(5.788)
Retenção de lucros	18.446	22.008
Absorção/constituição de prejuízos regulatórios	16.921	30.123
	22.452	50.123

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu de reserva legal em 2023, pois atingiu o limite de 20% que dispõe a Lei 6.404/76.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido societário do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2023 e 2022 foram conforme segue:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido societário do exercício	9.709	18.450
Reserva de lucros a realizar	2.182	3.558
	11.891	22.008
Retenção de lucros (Reserva para investimento)	5.945	13.244
Dividendos obrigatórios	5.946	8.764
Total dos dividendos	11.891	22.008

d) Destinação do resultado societário de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado societário do exercício de 2023, no montante de R\$9.709 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$2.182 mil, referentes à Reversão da Reserva de lucros a realizar, seja dada a seguinte destinação:

- \$5.946 mil para constituição de dividendos obrigatórios, e;
- R\$5.945 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Centroeste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$5.946 mil para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir e R\$5.945 mil para constituição de reserva para investimento, na conta de Reserva de Retenção de Lucros. Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2023 da Centroeste será realizada conforme a seguir:

Companhia	Lucro Líquido 2023	Reversão Reserva de Lucros a Realizar	Distribuição do Resultado	
			Reserva Especial ref. ao Div. Mín. Obrigatórios	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
Centroeste	9.709	2.182	5.946	5.945

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	5.946
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.946

f) Pagamento de dividendos

Considerando a disponibilidade de caixa da Companhia, a Diretoria aprovou, em 11 de dezembro de 2023, o pagamento de R\$16.695 mil da conta de Reserva de Retenção de Lucros sob a forma de dividendos.

Pagamento de dividendos extraordinários ref. 2022	16.695
	16.695

12. RECEITA

	2023	2022
Receita de transmissão com energia elétrica	29.625	28.471
Deduções à receita operacional (a)	(1.993)	(1.990)
Receita operacional líquida	27.632	26.481

a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2023	2022
PIS/Pasep	194	185
Cofins	889	854
Reserva Global de Reversão – RGR	525	579
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	109	106
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	110	107
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	111	106
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	55	53
Total das deduções	1.993	1.990

13. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2023	2022
Pessoal (a)	-	-0
Serviços de terceiros (b)	1.865	1.862
Materiais	77	759
Compartilhamento de infraestrutura	328	310
Depreciação e amortização	1.421	1.421
Amortização direito de uso	4	3
Outros custos e despesas operacionais	430	469
	4.125	4.824

a) Pessoal e administradores	2023	2022
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	300	334
	300	334
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	17	13
Participação nos resultados	-	3
		16
TOTAL	317	350

b) Serviços de terceiros

	2023	2022
Operação e manutenção	1.300	1.221
Mão de obra contratada	16	114
Gestão ambiental	65	148
Outros	484	379
TOTAL	1.865	1.862

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	2.610	2.132
Outras receitas financeiras	27	111
	2.637	2.243
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(11)	(11)
Outras despesas financeiras	(144)	(19)
	(155)	(30)
Resultado financeiro	2.482	2.213

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de transmissão de energia elétrica	29.701	29.701
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	2.376	3.564
Receitas financeiras	2.804	2.804
Outras receitas	27	27
Base de cálculo do Lucro Presumido	5.207	6.395
Alíquota nominal	15%	9%
IR e CS	781	576
Adicional (10%)	497	-
IR e CS Total	1.278	576
Ajuste ECF	(425)	(217)
Rendas de aplicações não resgatadas	(194)	(194)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	(49)	(17)
Receita por competência diferida	(77)	(77)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	(6)	(9)
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	(2)	(1)
IR e CS – Despesa	801	341
Corrente	852	359
Diferido	(51)	(18)

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de transmissão de energia elétrica	28.324	28.324
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	2.266	3.399
Receitas financeiras	2.014	2.014
Base de cálculo do Lucro Presumido	4.280	5.413
Alíquota nominal	15%	9%
IR e CS	642	487
Adicional (10%)	404	-
IR e CS Total	1.046	487
Rendas de aplicações não resgatadas	228	228
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	57	21
Receita por competência diferida	148	148
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	12	18
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	3	2
IR e CS – Despesa	1.106	510
Corrente	1.046	487
Diferido	60	23

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	22	21	188	162	(142)	(134)
Madeira Energia	-	-	-	-	-	698	-	-
Norte Energia	-	-	-	-	1.161	1.228	-	-
Aliança Energia	-	-	-	-	32	-	-	-
Volta do Rio	-	-	-	-	4	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	1.514	1.448	-	-

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	135	135	-	-	(401)	(430)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	64	60	-	-	(876)	(825)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Holding, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	5.946	-	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, aprovou a distribuição de Dividendos no total de R\$5.946. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 10.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.856	2.089	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.268	12.397	-	-	242	437	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	47	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	15	14
Participação nos resultados	4	4
Previdência privada	2	1
Total (1)	21	19

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Concessionárias e permissionárias		3.096	3.096	2.759	2.759
Investimentos temporários		-	-	1.710	1.710
Depósitos judiciais		389	389	389	389
		3.485	3.485	4.858	4.858
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	2.920	2.920	2.147	2.147
Investimentos temporários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2	598	598	1.361	1.361
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.864	3.864	6.444	6.444
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.742	1.742	2.858	2.858
Debêntures	2	64	64	71	71
		9.188	9.188	12.881	12.881
		12.673	12.673	17.739	17.739
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(2.006)	(2.006)	(1.194)	(1.194)
Passivo de arrendamentos		(143)	(143)	(90)	(90)
		(2.149)	(2.149)	(1.284)	(1.284)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.945	41	-	20	-	2.006
Passivo de arrendamentos	1	2	9	48	214	274
	1.946	43	9	68	214	2.280

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal. Portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Riscos regulatórios

A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

18. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo

as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Nota	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		4.771	-	4.771	2.147	-	2.147
Investimentos temporários		6.268	-	6.268	12.397	-	12.397
Concessionárias e permissionárias		3.096	-	3.096	2.759	-	2.759
Tributos compensáveis		113	-	113	113	-	113
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		88	-	88	294	-	294
Ativo contratual	17.1	-	27.778	27.778	-	28.879	28.879
Outros ativos		665	-	665	384	-	384
TOTAL DO CIRCULANTE		15.001	27.778	42.779	18.094	28.879	46.973
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		-	-	-	47	-	47
Depósitos judiciais		389	-	389	389	-	389
Tributos diferidos		256	-	256	156	-	156
Ativo contratual	17.1	-	74.053	74.053	-	81.399	81.399
Imobilizado	17.1	42.529	(37.753)	4.776	31.063	(29.784)	1.279
Intangível	17.1	1.147	(1.147)	-	1.147	(1.147)	-
Direito de uso		131	-	131	83	-	83
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		44.452	35.153	79.605	32.885	50.468	83.353
ATIVO TOTAL		59.453	62.931	122.384	50.979	79.347	130.326

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		1.984	-	1.984	1.174	-	1.174
Tributos a recolher	17.3	325	1.014	1.339	529	1.054	1.583
Encargos regulatórios		304	-	304	473	-	473
Dividendos a pagar		5.946	-	5.946	-	-	-
Partes relacionadas		135	-	135	135	-	135
Passivo de arrendamentos		12	-	12	11	-	11
TOTAL DO CIRCULANTE		8.706	1.014	9.720	2.322	1.054	3.376
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores		22	-	22	20	-	20
Encargos regulatórios		-	-	-	111	-	111
Tributos diferidos	17.3	40	2.320	2.360	32	2.971	3.003
Imposto de renda e contribuição social	17.4	102	2.811	2.913	170	3.397	3.567
Passivo de arrendamentos		131	-	131	79	-	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		295	5.131	5.426	412	6.368	6.780
TOTAL DO PASSIVO		9.001	6.145	15.146	2.734	7.422	10.156
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		28.000	-	28.000	28.000	-	28.000
Reservas de lucros	17.1, 17.3, 17.4	22.452	56.786	79.238	50.123	42.047	92.170
Prejuízos acumulados		-	-	-	(29.878)	29.878	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		50.452	56.786	107.238	48.245	71.925	120.170
PASSIVO TOTAL		59.453	62.931	122.384	50.979	79.347	130.326

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		29.625	(8.448)	21.177	28.471	(5.602)	22.869
Remuneração do ativo contratual	17.1	-	10.777	10.077	-	21.046	21.046
Receita de Construção	17.2	-	9.950	9.950	-	-	-
Receita de operação e manutenção	17.1	-	1.150	1.150	-	1.823	1.823
Receita de transmissão com energia elétrica		29.625	(29.625)	-	28.471	(28.471)	-
TRIBUTOS		(1.083)	694	(389)	(1.039)	204	(835)
PIS/Pasep	17.3	(194)	124	(70)	(185)	36	(149)
Cofins	17.3	(889)	570	(319)	(854)	168	(686)
ENCARGOS – PARCELA “A”		(910)	-	(910)	(951)	-	(951)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(275)	-	(275)	(265)	-	(265)
Reserva Global de Reversão - RGR		(525)	-	(525)	(579)	-	(579)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(110)	-	(110)	(107)	-	(107)
RECEITA LÍQUIDA		27.632	(7.754)	19.878	26.481	(5.398)	21.083
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		27.632	(7.754)	19.878	26.481	(5.398)	21.083
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(4.125)	(7.969)	(12.094)	(4.824)	1.421	(3.403)
Serviços de terceiros		(1.865)	-	(1.865)	(1.862)	-	(1.862)
Materiais		(77)	-	(77)	(759)	-	(759)
Compartilhamento de infraestrutura		(328)	-	(328)	(310)	-	(310)
Provisões operacionais		-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	17.1	(1.421)	1.421	-	(1.421)	1.421	-
Amortização direito de uso		(4)	-	(4)	(3)	-	(3)
Custos de construção		-	(9.390)	(9.390)	-	-	-
Outros custos operacionais		(430)	-	(430)	(469)	-	(469)
RESULTADO DA ATIVIDADE		23.507	-	7.784	21.657	(3.977)	17.680
Resultado financeiro		2.482	-	2.482	2.213	-	2.213
Receitas financeiras		2.637	-	2.637	2.243	-	2.243
Despesas financeiras		(155)	-	(155)	(30)	-	(30)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		25.989	(15.723)	10.266	23.870	(3.977)	19.893
Despesa com tributos sobre o lucro	17.4	(1.142)	585	(557)	(1.616)	173	(1.443)
Resultado líquido		24.847	(15.138)	9.709	22.254	(3.804)	18.450

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022
Patrimônio líquido societário	107.238	120.170
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Ativo contratual - CPC 47	(50.641)	(64.503)
Tributos – IR/CS	(6.145)	(7.422)
Patrimônio líquido regulatório	50.452	48.245

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2023	2022
Lucro líquido societário	9.709	18.450
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Ativo contratual - CPC 47	16.559	5.225
Depreciação e amortização	(1.421)	(1.421)
Total dos ajustes de práticas contábeis	15.138	3.804
Lucro líquido regulatório	24.847	22.254

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

18.1. Ativos vinculados à concessão - Transmissão

Na contabilidade societária, quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Em conformidade ao previsto no CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, na contabilidade societária é realizada a alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão e determinada taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente para o ativo de contrato, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão da transmissão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato quando os valores são faturados, representados pela Receita Anual Permitida (“RAP”).

18.2 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção. Na contabilidade societária os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

18.3 Impostos, taxas e contribuições

Na contabilidade societária é registrado o diferimento de PIS/Pasep e Cofins sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão.

Na contabilidade societária, as receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto, em conformidade ao previsto no CPC 47 – Receita de contrato de cliente e no Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020. Mais informações na nota de conciliação nº 34.2.2.

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção.

18.4 Efeitos fiscais – Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais em linha com a técnica de funcionamento 7.2.37 do MCSE e refletiu os impactos tributários decorrentes dos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

* * * * *

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 29 de maio 2024

Outorgada: Centroeste S.A.

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador 1SP/242451-04

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.